

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.343 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 2001



Parlamentares e maçons participaram, no Plenário do Senado, da homenagem prestada à Maçonaria brasileira

## Senado homenageia Maçonaria

O Plenário do Senado homenageou ontem a Maçonaria pelo transcurso do Dia do Maçom. Em seu discurso, o senador Mozarildo Cavalcanti, autor do requerimento que resultou na homenagem, lembrou o papel preponderante que a Maçonaria desempenhou na Independência do Brasil.

PÁGINAS 4 E 5

## Conselho de Ética recebe documentos sobre caso Banpará

Lobão entrega a Althoff relatórios do Banco Central com resultados da investigação

Os relatórios do Banco Central sobre as investigações de desvio de dinheiro do Banco do Estado do Pará (Banpará) serão entregues hoje, às 11h, pelo presidente interino do Senado, Edison Lobão, ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Geraldo Althoff. Es-

tarão presentes os senadores Romeu Tuma, Jefferson Péres e João Alberto Souza, integrantes da comissão especial incumbida pelo Conselho de Ética de investigar possível envolvimento do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, em irregularidades.

PÁGINA 3

## Defensores públicos debatem hoje a reforma do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado debate a reforma do Judiciário hoje, a partir das 17h, com representantes da Defensoria Pública. A CCJ, presidida pelo senador Bernardo Cabral – que também é relator da proposta –, vem promovendo uma série de discussões com a participação de juristas e ministros de tribunais superiores.

PÁGINA 5



O senador José Alencar, presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, coordena o seminário, que contará com a presença do ministro Pedro Parente



## Seminário internacional discute crise energética

A crise energética é tema de um seminário internacional promovido hoje, das 9h às 18h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e pela Federação Nacional dos Engenheiros. O objetivo é discutir as saídas que o país tem para a crise, as medidas que devem ser adotadas e a situação das indústrias afetadas pelo racionamento.

PÁGINA 6



## Projeto define crimes na Internet

Projeto que tipifica 20 ilícitos que podem ser praticados por meio da Internet, e fixa as respectivas penas, está na pauta da Comissão de Educação hoje.

PÁGINA 6

## CAE examina propostas que reduzem o Imposto de Renda

A Comissão de Assuntos Econômicos deverá analisar hoje proposta que isenta do Imposto de Renda os salários educação e maternidade. Outro projeto na pauta dobra o limite de isenção para aposentados e pensionistas.

PÁGINA 7

# Senado examina financiamento para agroindústria

Proposta de Álvaro Dias obriga o BNDES a aplicar no mínimo 22% dos seus recursos em projetos do setor. Matéria pode voltar à Comissão de Assuntos Econômicos para nova avaliação

O Senado decide hoje se devolve à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que obriga o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a aplicar no mínimo 22% dos seus recursos no financiamento de projetos da agroindústria. Na semana passada, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) argumentou que o texto deve retornar à CAE para aperfeiçoamento.

Quando foi examinado pela comissão, o projeto ganhou uma redação excluindo a obrigatoriedade de investimento desse percentual na agroindústria. Foi acatada uma emenda apenas obrigando o BNDES a prestar anualmente contas ao Senado, assim como determinando o comparecimento anual do presidente da instituição e do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio à CAE.

Também hoje, o Senado delibera, em turno suplementar, sobre projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) permitindo que os hospitais universitários cobrem o atendimento prestado a pacientes cobertos por planos de saúde. Pela proposta, até 25% dos leitos poderão ser destinados a esse fim. Votado em turno suplementar, o texto será enviado ao exame da Câmara dos Deputados.

Ainda nessa sessão, o Senado vota projeto do senador Romero Jucá para criar distrito agropecuário no município de Alto Alegre, em Roraima.



Álvaro quer garantir financiamento para a agroindústria



TERÇA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 2001

## AGENDA

Presidente  
Senador Edison Lobão (interino)

9h — Participa da abertura do seminário "A Crise Energética Brasileira". Auditório Petrônio Portella  
11h — Recebe Antonio Franco, embaixador de Portugal  
13h — Almoço em homenagem à presidenta da República do Panamá, Mireya Elisa Moscoso Rodriguez. *Palácio do Itamaraty*  
18h — Recebe o deputado Nelson Pellegrino, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, acompanhado de representantes do Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos  
20h30 — Jantar em homenagem ao ministro Marco Aurélio Mello, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). *Sede Social da Amagis — DF, SCES — Trecho 2 — Lotes 2/36*

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 270/99, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária, de sons e de imagens; Requerimento nº 327/01, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre o PDL nº 145/01, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; Requerimento nº 399/01, do senador Geraldo Althoff, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 50/01 com os PLSs nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e 94, 190 e 232, de 2000, que já se encontram pensados, por regularem a mesma matéria; Requerimento nº 405/01, do senador José Fogaça, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 56/01 com os PLSs nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e 94, 190 e 232, de 2000, que já se encontram pensados, por regularem a mesma matéria; PLS nº 134/97, autoriza a criação de distrito agropecuário no município de Alto Alegre (RR); e discussão, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares.

### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 247/00, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contragarantia do Brasil, no valor equivalente a US\$ 180 milhões, de principal, entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TGB) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinada ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil; PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; emendas de Plenário oferecidas ao PLS nº 146/96, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação; PLS nº 221/99, altera a Lei nº 6.024/74, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras; PLS nº 396/99, destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizados pelo poder público aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos; PLS nº 385/99, isenta do Imposto de Renda os valores recebidos a título de salário-educação e salário-maternidade; PLS nº 455/99, altera dispositivos da Lei nº 7.713/88 e da Lei nº 9.250/95, que dispõem sobre Imposto de Renda; PLS nº 53/01, modifica o art. 15, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 9.424/96, e o art. 2º da Lei nº 9.766/98, que dispõem sobre o salário-educação; PLS nº 13/01, altera a redação do inciso XI do artigo 13 da Resolução nº 78/98, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PLS nº 19/01, altera a Resolução nº 78/98, do Senado Federal, para incluir a comprovação de cumprimento de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal na instrução de pleitos de empréstimos; Mensagem nº 190/99, propõe ao Senado sejam autorizadas operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Débitos da República Unida da Tanzânia para com o Brasil, no valor de US\$ 232,4 milhões, em consonância com a Ata de Entendimento celebrada no

âmbito do chamado Clube de Paris; Ofício nº 29/01, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do município de Juiz de Fora (MG) para operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, no valor de R\$ 2 milhões, com a finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do município; e Ofício nº 32/01, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central acerca da solicitação do estado do Ceará para operação de crédito junto ao Banco do Nordeste, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 7 milhões, equivalentes a R\$ 13,6 milhões, à taxa de câmbio de 18.1.01, cujos recursos serão destinados ao Projeto de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*  
11h30 — Comissão de Educação

Pauta: entre outros, PLS nº 151/00, dispõe sobre acesso a informações da Internet; PLS nº 76/00 (tramitando em conjunto com o PLS 137/00), define e tipifica os delitos informáticos; Diversos nº 8/99, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 36/99, referente a auditoria operacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no estado de Santa Catarina, realizada no segundo semestre de 1998, com abrangência dos exercícios de 1997 e 1998; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviço de radiodifusão comunitária. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*  
14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: apreciação de diversos relatórios. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

15h30 — Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia

Pauta: debate sobre "Estrutura Tarifária x Consumidor Livre", com a presença dos presidentes José Mário Abdo, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Orlando José Gonzáles, da Associação das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), e Walfrido Victorino Avila, da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica; dos diretores Paulo Ludmer, da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia Elétrica (Abrace), e Paulo Henrique Siqueira Born, da Duke Energy International, Gerção Parapanama S/A. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública para instruir o PLC nº 29/00, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário. Convidados: presidentes Nivea de Matos Nunes Rolim, do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Genais (Condege), e Roberto Gonçalves de Freitas Filho, da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), e da procuradora-geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, vice-presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul, Nancy Gomes de Carvalho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

17h30 — CPI das ONGs

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: exposição de Jacques Guilbeaud sobre as causas da sua demissão do Itamaraty; Mensagem nº 100/01, submete o nome de Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República de El Salvador; e Mensagem nº 164/01, submete a escolha do nome de Marco Antônio Diniz Brandão para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

### ESPECIAL

9h às 18h — A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) promovem o seminário internacional "A Crise Energética Brasileira". Estarão na abertura do encontro os presidentes do Senado, Edison Lobão, da Câmara, Aécio Neves, e da Comissão de Infra-Estrutura, José Alencar, os ministros de Minas e Energia, José Jorge, e da Casa Civil, Pedro Parente (que é presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia), e o presidente da FNE, Jorge Luiz Gomes. *Auditório Petrônio Portella*

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Mensagem nº 130/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luiz Henrique Pereira da Fonseca para, cumulativamente com a

função de embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, exercer a de embaixador junto à República da Estônia; Mensagem nº 137/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Vera Pedrosa Martins de Almeida para exercer a função de embaixadora do Brasil junto ao Reino da Dinamarca; Parecer nº 746/01, sobre a Mensagem nº 161/01, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); PLC nº 27/98, institui o Programa Nacional de Apoio à Infância e dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar; PDL nº 4/99, aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre os governos do Brasil e da Indonésia e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviço de radiodifusão sonora.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 44/01, altera a composição do Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); votação, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 8/95, dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (isenção de ICMS); PLC nº 59/00, altera a Lei nº 9.503/97, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviço de radiodifusão de som e imagem.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros, PLS nº 227/00, inclui, na Lei nº 8.406/92, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); PLS nº 4/01, altera o valor do salário mínimo a partir de 1º de abril de 2001. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

9h30 — CPI do Futebol

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, Mensagem nº 158/01, submete o nome de José Coelho Ferreira para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; Requerimento nº 302/01, do senador Eduardo Suplicy e outros, solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre os cotistas e acionistas dos fundos de investimentos mais lucrativos, principalmente de juros e câmbio, dos bancos FonteCindam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997 e 1998. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h30 — Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública para instruir o PLC nº 23/01, altera e acrescenta dispositivos na lei que dispõe sobre as Sociedades por Ações e na lei que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria o Comissão de Valores Mobiliários. Convidados: Arnaldo Walld, da Faculdade de Direito Largo São Francisco; Sérgio Campenham, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Carmem Sylvia Motta Parkinson, consultora da Lazareschi Advogados; Marcos Paulo de Almeida Salles, da Universidade de São Paulo; e os elaboradores do anteprojeto que resultou na Lei nº 6.404/76, Bulhões Pedreira e Alfredo Lamy Filho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

### ESPECIAL

Sexta-feira

9h — Debate sobre o Estatuto da Cidade, com o objetivo de analisar a seu alcance, seu significado para as administrações municipais e para as cidadãs, e os efeitos esperados sobre a organização territorial e o desenvolvimento urbano. Participantes: José Roberto Bassul, consultor legislativo do Senado; Haroldo Pinheiro de Queiroz, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Paulo Octávio, presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi); e Ana Luíza Leão Osório, promotora de defesa da Ordem Urbanística. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)  
Presidente em exercício: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Conselho de Ética recebe relatórios sobre Banpará

Documentos do Banco Central serão entregues hoje pelo presidente interino do Senado, Edison Lobão, a Geraldo Althoff. Material será analisado por peritos a serviço do Senado, com ajuda de técnicos da Receita Federal

Os relatórios do Banco Central sobre as investigações de desvio de dinheiro no Banco do Estado do Pará (Banpará) serão entregues pelo presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), às 11h de hoje, na Diretoria-Geral. Estarão presentes os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Jefferson Péres (PDT-AM) e João Alberto (PMDB-MA), que compõem a comissão especial do conselho incumbida de investigar o possível envolvimento do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), em denúncias de irregularidades praticadas em órgãos públicos.

A documentação – contida em 20 envelopes lacrados – chegou à Casa na última sexta-feira por requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que, alegando não ser membro do Conselho de Ética, preferiu encaminhar o relatório ao conselho sem co-



Edison Lobão entrega hoje, às 11h, a Geraldo Althoff a documentação que chegou ao Senado na sexta-feira passada



nhecer o teor das conclusões do BC. Agora, o material será analisado por dois peritos do BC que já estão a serviço do Senado, conforme informou Romeu Tuma.

– Os documentos são fundamentais porque geraram dois pareceres, um do Banco Central e outro da 5ª turma da Procuradoria da República. É preciso saber qual está mais perto da verdade – disse Dutra. O senador petista defendeu a convocação de Abraão Patrini, técnico do BC que elaborou relatório incriminando Jader.

Tuma, que coordena os trabalhos da comissão especial, disse que irá solicitar, por meio de Althoff, que outros dois especialistas do BC – que auxiliaram a CPI do Futebol – fiquem disponíveis para ajudar no exame do material sobre o Banpará. Além desses, completou o senador, alguns técnicos da Receita Federal deverão cooperar nas análises dos documentos. A comissão tem até o dia 3 de setembro para apresentar seu relatório sobre as investigações que está realizando.

## Gros e Coelho prestam depoimento a Tuma

O ex-presidente do Banco Central (BC) Francisco Gros e o procurador-geral da instituição, José Coelho Ferreira, prestam depoimento hoje, às 17h, ao corregedor do Senado, Romeu Tuma, sobre denúncias contra o senador Jader Barbalho.



Romeu Tuma é o corregedor-geral do Senado

Gros e Coelho Ferreira foram responsáveis pelo arquivamento, no BC, do relatório que investigou o desvio de recursos no Banco do Estado do Pará (Banpará) no período em que Jader foi governador do estado. As investigações do BC constataram irregularidades, mas, com base em parecer de Ferreira, em 1991, Gros decidiu encerrar as apurações feitas pelos técnicos da instituição

por entender que não seria possível identificar os beneficiários da fraude. Gros, que atualmente preside o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), enviou o relatório para o Ministério Público (MP).

Ao contrário da conclusão tomada há dez anos, em julho passado, nota técnica da 5ª Câmara do MP identificou que há indícios suficientes para acreditar que o dinheiro desviado foi parar em contas de Jader e seus familiares.

Coelho foi indicado para ocupar vaga de ministro no Superior Tribunal Militar (STM) e deve ser sabatinado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

## Simon diz que governo corta gastos sociais para pagar dívida pública

O governo Fernando Henrique está cortando gastos em programas prioritários e destinando esses recursos ao pagamento de juros da dívida pública, segundo afirmou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Comentando em Plenário matérias publicadas nos jornais durante o final da semana passada, Simon disse que 28 dos 50 programas prioritários do governo gastaram menos de 10% da verba para eles prevista no orçamento. Com



Simon: bancos aumentaram capital em 200% no governo FHC

isso, deixaram de ser feitos investimentos em reforma agrária, rodovias, habitação, saneamento e segurança, entre outros.

– Essas informações comprovam que o orçamento votado no Congresso é uma peça de ficção, pois de nada vale destinar recursos para programas sociais se a verba não é liberada, porque é desviada para o pagamento de juros da dívida pública – afirmou.

Simon ressaltou que, ao mesmo tempo, os juros altos garantiram que os bancos tivessem os melho-

res desempenhos de sua história no Plano Real. Pedro Simon citou dados publicados nos jornais dando conta de que o retorno médio dos bancos foi da ordem de 22,8%

no primeiro semestre, percentual menor somente do que o índice do mesmo período de 1999, que foi de 23,3%, quando a média histórica do setor é de 15%. Segundo disse, juntos, os 20 bancos analisados conseguiram a segunda maior receita da era do Real, R\$ 39,7 bilhões.

Simon comentou a informação de que quatro das cinco maiores instituições financeiras aumentaram seu capital em 200% durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Citou como exemplo o Banco Itaú, que teria quase triplicado de tamanho.

– O Itaú levou quase 50 anos para construir o patrimônio de R\$ 2,5 bilhões com que chegou a dezembro de 1995 e terminou o primeiro semestre de 2001 com R\$ 7,3 bilhões. O Plano Real acabou com a inflação, mas a política

econômica que o sucedeu transformou a economia num verdadeiro banquete para os bancos – concluiu o senador.

### PMDB

Pedro Simon disse esperar que o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, permaneça no PMDB e não se iluda com o convite insistente de Leonel Brizola para que ingresse no PDT. Simon criticou o comportamento do presidente do PDT, afirmando que o ex-governador do Rio de Janeiro está interferindo em assuntos do PMDB, agindo, assim, da mesma maneira que o presidente Fernando Henrique, em atitude condenada por Brizola.

Simon garantiu que a candidatura própria de seu partido à Presidência da República é fato irreversível. Ele lembrou que na convenção do partido estará em disputa a presidência da agremiação, com as candidaturas postas do senador Maguito Vilela (GO) e do deputado Michel Temer (SP). No encontro também será escolhido o nome do candidato a presidente da República pelo PMDB, devendo ser Simon um dos postulantes, juntamente com Itamar.

## Agripino defende CPI no Rio Grande do Norte

O senador José Agripino (PFL-RN) defendeu a instalação de comissão parlamentar de inquérito na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte para investigar denúncias de esquema de corrupção no governo do estado. O pedido de CPI ba-



Agripino crê que denúncias de corrupção vão ser apuradas

seia-se no depoimento do comerciante Luiz Henrique Gusson – preso sob a acusação de homicídio –, segundo o qual o empresário Marcos Santos, cunhado do governador Garibaldi Alves, montou um esquema de tráfico de influência e superfaturamento de obras públicas por meio de empresas de fachada. Agripino acusou o governador de pressionar deputados estaduais para que a CPI não seja instalada.

– A maioria na Assembleia, por pressão do governo, submeteu o requerimento não à Mesa, mas ao Plenário. A maioria abafou a comissão parlamentar de inquérito rasgando o Regimento e a Consti-

tuição. Agripino acrescentou que a sociedade potiguar está se mobilizando, por meio da coleta de assinaturas a favor da CPI, e a Ordem dos Advogados do Brasil já manifestou repúdio à postura do governo estadual.

Agripino disse que a pressão da opinião pública levou à demissão de duas autoridades do primeiro escalão do governo – o procurador-geral do estado, citado no depoimento, e o secretário de Segurança, que teria tido acesso e destruído fita com o depoimento. “O secretário, na verdade, foi demitido pelo fato de ter sido denunciado como proprietário de empresa que vendia bananas ao Corpo de Bombeiros, órgão sob sua jurisdição.”

Citando como exemplo o próprio Senado Federal, que tem investigado denúncias contra seus membros, Agripino garantiu que a oposição no Rio Grande do Norte não deixará que o assunto fique sem apuração.

# Senado homenageia a Maçonaria brasileira

Autor do requerimento de homenagem, Mozarildo Cavalcanti reportou-se à participação dos maçons em episódios marcantes da história do país, como a Independência do Brasil e a Abolição da Escravatura

A participação da Maçonaria em importantes episódios da história do Brasil foi destacado ontem no Plenário durante homenagem pela passagem do Dia do Maçom, por requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Entre os presentes, o grão-mestre-geral do Grande Oriente do Brasil, Laelson Rodrigues; o presidente da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil e grão-mestre da Grande Loja de Brasília, Kalil Chater; o grão-mestre do Grande Oriente Estadual de Roraima, Samir Hatem; o grão-mestre da Grande Loja de Roraima, Kildo Albuquerque Andrade; e o presidente da Câmara Legislativa de Brasília, deputado Gim Argello.

Mozarildo lembrou o papel preponderante que a Maçonaria desempenhou na independência do Brasil, tendo em vista que dom Pedro I era maçom. “O Brasil conseguiu vencer o desafio de manter a integridade territorial, quando a fragmentação foi a tônica de nossos co-irmãos latino-americanos; conseguiu promover o milagre da miscigenação, sendo hoje conhecido pela maneira aberta com que recebe imigrantes de todo o mundo”, ressaltou.

Segundo o senador, “seria impossível imaginar a história do Brasil sem a presença maiúscula das sociedades maçônicas”. Todos os grandes abolicionistas foram maçons, desde

padre Antônio Feijó, em 1834 a José do Patrocínio, passando por Castro Alves, o “cantor dos escravos”, e Rui Barbosa. Seus integrantes tiveram relevante papel na legislação que precedeu a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, disse ele.

Mozarildo Cavalcanti enfatizou a capacidade demonstrada pela Maçonaria brasileira de se transformar, ao longo do período republicano, acompanhando a marcha do tempo e as características inovadoras da realidade. Houve uma federalização da instituição, com a multiplicação das lojas pelo país afora, do Caburá, em Roraima, o ponto extremo norte do Brasil, até o Chuí, no extremo sul, no Rio Grande do Sul.



Mozarildo: lojas maçônicas se multiplicam de norte a sul do país

## Grão-mestres agradecem comemoração

Ao agradecer a homenagem do Senado pela passagem do Dia do Maçom, o grão-mestre-geral do Grande Oriente do Brasil, Laelson Rodrigues, lembrou que membros da Maçonaria vêm participando dos principais acontecimentos históricos do país. Ele destacou a importância de maçons como José Bonifácio, Gonçalves Ledo e dom Pedro I na Independência do Brasil, de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant na Proclamação da República, e de Castro Alves, Rui Barbosa e Quintino Bocaiuva na Abolição da Escravatura.

— Nossas oficinas nunca cessaram de contribuir para a grandeza do Brasil, mesmo no anonimato, através da Ação Paramaçônica Juvenil, da Maçonaria Contra as Drogas, das associações femininas e da Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul. Assim a Maçonaria empreende e aperfeiçoa as atividades de combate às misérias humanas, à degeneração do caráter, à corrupção dos valores, enaltecendo o amor à pátria, à probidade e às virtudes cívicas — afirmou Laelson Rodrigues.

O presidente da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, Kalil Chater, comentou que a homenagem do Senado, proposta pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), é o reconhecimento do papel exercido pelo maçom na área social e política. Ele defendeu a criação de um fórum nacional integrado pelo governo, Congresso, organizações não-governamentais e pelo próprio cidadão para

debater os problemas enfrentados pelo país e encontrar saídas.

Já o presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputado distrital Gim Argello, destacou que pela pri-

meira vez o Senado realizou uma sessão solene em homenagem ao Dia do Maçom. Ele informou que hoje, às 11h, a Câmara Legislativa também homenageará a Maçonaria.



Laelson Rodrigues, grão-mestre-geral do Grande Oriente do Brasil



Kalil Chater, presidente da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil



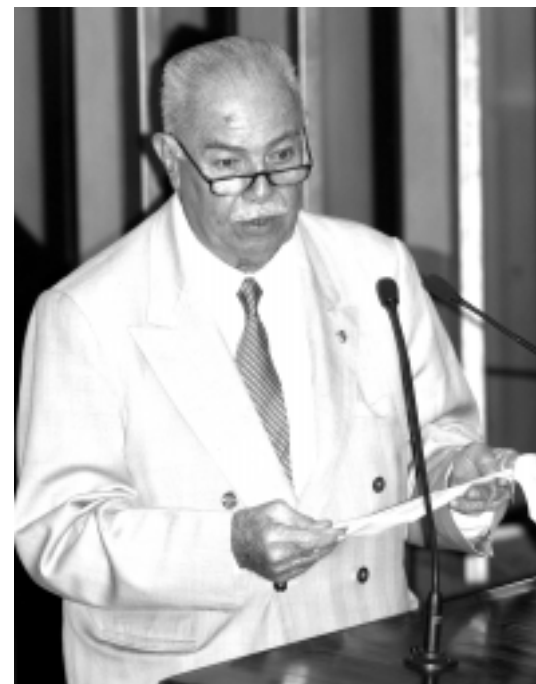
Deputado Gim Argello, presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

## José Coelho lembra presença de maçons na Revolução de 1817

Na homenagem prestada pela Casa à Maçonaria brasileira, o senador José Coelho (PFL-PE) destacou a participação da ordem na Revolução de 1817, em Pernambuco, que implantou a república por 75 dias, e ao fim dos quais toda uma geração de maçons foi sacrificada. Citando o dramaturgo

espanhol Caderon de La Barca, José Coelho disse que “a vida é uma oficina de sonhos, que se consagra quando o sonhador é capaz de convertê-los em realidade”, como aconteceu com os maçons brasileiros de Pernambuco.

José Coelho ressaltou que a independência, que veio em 1822, já havia se tornado irreversível com aquele movimento pernambucano. Ele citou o livro *Maçonaria Revolucionária no Brasil*, que recebeu do grão-mestre de seu estado,



José Coelho: independência tornou-se irreversível com Revolução de Pernambuco

Antônio do Carmo Ferreira, o qual narra a participação da instituição na história do Brasil desde 1796, quando se deu a entrada da Maçonaria no país. O senador lembrou também a atuação filantrópica, educativa e filosófica da Maçonaria, instituição que, afirmou, busca o aperfeiçoamento moral da humanidade e tem como objetivo a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

## Lobão: honra marca a história da Maçonaria

Ao encerrar a homenagem em Plenário ao Dia do Maçom, o presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), ressaltou que “a história da Maçonaria confunde-se com a própria história do Brasil”. Para o parlamentar, se fosse possível “resumir em duas palavras o que é a Maçonaria e seus princípios”, ele mencionaria “a honra e a retidão como apanágio de sua atuação”.

Para o presidente interino, “a Maçonaria – vítima no passado de perseguições até mesmo da Inquisição – é uma instituição que honra o país no qual se instala”. Lembrou que a Maçonaria venceu muitas etapas em âmbito internacional. Afirmou que “o Brasil muito precisa que prossiga sem tropeços essa atuação que, há 179 anos, tem sido tão benfazeja à nacionalidade”.

– Nossos pró-homens, que se destacaram desde a Independência, nas mais nobres lutas pela nacionalidade, eram membros da Maçonaria – afirmou.

Edison Lobão lembrou que José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro do Reino e de Estrangeiros, foi o primeiro mandatário do Grande Oriente Brasileiro, em 17



Maçonaria influenciou na anistia a presos políticos, diz Lobão

de junho de 1822. Também destacou a presença decisiva da Maçonaria brasileira na luta contra a escravidão.

– A lei que se chamou Euzébio de Queiroz, que foi membro do Supremo Conselho da Maçonaria, extinguiu, em 1850, o tráfico de escravos; e a lei que se batizou de Visconde do Rio Branco, que foi grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, declarou livres, em 1871, as crianças nascidas de escravas a partir daquela data – lembrou o parlamentar.

Na era republicana, ressaltou o presidente interino do Senado, além do Marechal Deodoro da Fonseca – que viria também a ser grão-mestre do Grande Oriente do Brasil –, houve Floriano Peixoto, Campos Salles, Hermes da Fonseca, Nilo Peçanha, Wenceslau Brás e Washington Luís, “todos maçons destacados do Grande Oriente do Brasil”.

Edison Lobão assinalou ainda que nas duas guerras mundiais a Maçonaria colaborou para que “o Brasil estivesse do bom lado”. Sublinhou ainda que a instituição “influenciou nos movimentos de anistia a presos políticos nos períodos de exceção que enlutaram o Brasil”.

## Mauro Miranda enaltece o trabalho da instituição em Goiás

Ao saudar o Dia do Maçom, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) lembrou os serviços filantrópicos que as duas vertentes maçônicas de Goiás têm prestado ao estado, afirmando que são uma amostra do trabalho da ordem em prol do desenvolvimento social, político, econômico e moral do país.

A Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás, disse o senador, destaca-se por sua participação em campanhas de vacinação e de arrecadação de alimentos e roupas para as pessoas carentes, sem se furtar ao debate e à busca de soluções para os problemas que afligem a sociedade. Seus membros, informou, integram conselhos da comunidade, da criança,



Mauro Miranda: importância dos maçons na história

do idoso, do adolescente, da educação e da segurança pública.

O Grande Oriente do Estado de Goiás, por outro lado, promove um trabalho de formação do menor carente, oferecendo ensino fundamental e médio e profissionalização nas modalidades de marcenaria, floricultura, cartonagem e serviços gráficos.

Mauro Miranda também lembrou a importância dos maçons na história mundial, por sua participação na Revolução Francesa, na Independência dos Estados Unidos, na Abolição da Escravidão, na Independência do Brasil e na Proclamação da República. O senador destacou ainda a grande participação dos maçons na política brasileira.

# Defensores públicos debatem hoje a reforma do Judiciário

Audiência pública sobre a proposta ocorrerá na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a partir das 17h

Representantes da Defensoria Pública debatem hoje, a partir das 17h, a proposta de reforma do Judiciário em audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A discussão vai contar com a presença da presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais, Nívea de Matos Nunes Rolim, do presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Roberto Gonçalves de Freitas Filho, e da procuradora-geral da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, Nancy Gomes de Carvalho.

Após tramitar por oito anos na Câmara, a matéria foi aprovada, no ano passado, na forma de substitutivo apresentado pela relatora, deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP). Longe de gerar consenso entre juristas e magistrados, o substitutivo recebeu críticas do tributarista Ives Gandra Martins e do presidente do Superior Tribunal de



Bernardo Cabral é o relator na CCJ da proposta de reforma do Judiciário

Justiça (STJ), ministro Paulo Costa Leite, em audiência pública realizada pela CCJ, há duas semanas, dirigidas, principalmente, ao dispositivo que trata do controle externo do Poder Judiciário.

Pelo texto da relatoria, esse controle externo seria exercido pelo Conselho Nacional de Justiça, composto por 15 membros oriun-

dos da magistratura, do Ministério Público, da advocacia e da sociedade civil, sendo estes últimos escolhidos pelo Congresso Nacional. Ives Gandra e Paulo Costa Leite defendem o controle externo a partir do fortalecimento das corregedorias. O presidente do STJ adverte que “um órgão não pode controlar um poder”.

A criação de ouvidorias estaduais, encarregadas de coletar denúncias de possíveis irregularidades, também está sendo proposta como mecanismo de controle da Justiça. Outras mudanças importantes previstas na reforma são o deslocamento dos crimes contra os direitos humanos para julgamento pela Justiça Federal, a proibição aos juízes de emitir opinião sobre os processos que presidam e o fim do recesso anual de dois meses na Justiça. No Senado, a matéria está sendo relatada pelo presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

## Ronaldo destaca centenário de Ruy Carneiro

Ao reverenciar o centenário do nascimento de Ruy Carneiro, falecido em 1977 e senador por quatro vezes, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) registrou a aprovação, pelo Senado, de requerimento que solicita a publicação da biografia de Ruy Carneiro dentro da série *Grandes Vultos que Honraram o Senado*.

Ronaldo afirmou que a Revolução de 30 marcou o início da vida pública de Ruy Carneiro, que, na ocasião, assumiu o cargo de interventor da Paraíba, onde sua passagem teve conotação popular e de respeito aos direitos humanos. Segundo o senador, Carlos Lacerda enalteceu o governo daquele político denominando a Paraíba “um oásis da liberdade” em suas pregações pelo fim da ditadura.

O senador afirmou que Ruy Carneiro defendeu a democracia e as liberdades individuais, mesmo em períodos de regime militar. As diretrizes de sua política, observou, centraram-se no combate ao analfabetismo, na construção de estradas e de hospitais e no apoio à segurança pública.

Geraldo Melo critica ação rescisória: “Justiça tem de encontrar caminho para fazer cumprir o que já decidiu”



## Geraldo Melo apóia professores do RN

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) lamentou ontem em discurso que a Justiça esteja criando na prática uma nova instância processual, ao aceitar ações rescisórias propostas pelo governo com efeito suspensivo. Para ele, a ação rescisória significa iniciar outro processo e, com o efeito suspensivo, fica adiado o pagamento para quem ganhou a ação. “A Justiça tem de encontrar um caminho para fazer cumprir o que já decidiu”, afirmou.

Ele se solidarizou com professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que, depois de ganharem na Justiça uma ação trabalhista, defrontam-se agora com a decisão do governo federal de apresentar ao Judiciário

ação rescisória com efeito suspensivo. O Tribunal Superior do Trabalho vai julgar nesta semana a nova ação.

Geraldo Melo lembrou que o governo tem a possibilidade de pagar dívidas determinadas em ação judicial em vários anos – os chamados precatórios judiciais. Ao contrário, os cidadãos cobrados pelo governo, em processos administrativos simples ou em ações judiciais, são obrigados a pagar tudo imediatamente, tendo ou não condições financeiras para isso. Por isso, o senador estranha a orientação do governo federal para que seus advogados proponham sempre ações rescisórias com efeito suspensivo, para adiar ao máximo seus pagamentos.

# Comissão vota projeto que define crimes na Internet

CE também discute hoje se provedores devem ser obrigados a manter registradas, por um ano, todas as conexões realizadas por seus clientes

A Comissão de Educação (CE) debate hoje o projeto de lei do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que tipifica 20 ilícitos que podem ser praticados através da Internet e fixa penas de detenção, reclusão e multa para os infratores. O projeto tem parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS).

Calheiros dividiu os delitos cometidos na Internet em sete grupos: crimes contra a inviolabilidade de dados; contra a propriedade e o patrimônio; contra a honra e a vida privada; contra a vida e a integridade física das pessoas; contra o patrimônio fiscal; contra a moral pública; e contra a segurança nacional. Delitos cometidos contra concessionárias de serviços públicos terão agravamento das penas.



Renan Calheiros propõe tipificação de 20 ilícitos que podem ser praticados através da Internet

Outra matéria na área da Internet a ser debatida na CE é o projeto de lei de autoria do ex-senador Luiz Estevão (DF) que estabelece a obrigatoriedade de um registro mínimo sobre as conexões entre usuá-

rios e provedores de acesso à rede mundial de computadores. O relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), apresentou substitutivo que obriga os provedores a manter registradas, por um ano, todas as conexões realizadas por seus clientes; determina ainda que as empresas telefônicas só poderão liberar linhas para os provedores mediante prova de capacidade técnica, conforme exigências da Anatel, e que os provedores também ficam obrigados a manter cadastro atualizado dos clientes com, pelo menos, identificação civil, CPF e endereço.

A reunião da CE terá início às 11h. A audiência pública com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que deveria ocorrer antes da reunião, foi cancelada.

## Seminário analisa a crise energética brasileira

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e a Federa-



ção Nacional dos Engenheiros (FNE) promovem o seminário internacional "A Crise Energética Brasileira" hoje, das 9h às 18h. O objetivo é discutir as saídas que o Brasil tem para a crise, as medidas que devem ser adotadas e a situação das indústrias afetadas pelo racionamento.

Estarão na abertura do encontro os presidentes do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), da Câmara dos Deputados, Aécio Neves (PSDB-MG), e da CI, José Alencar (PMDB-MG), os ministros de Minas e Energia, José Jorge, e da Casa Civil, Pedro Parente (que é presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia), e o presidente da FNE, Jorge Luiz Gomes.

No primeiro painel, *Alternativas para Superação da Crise Energética*, serão tratados temas relacionados ao Programa Prioritário de Termelétricidade, às repercussões econômicas do desabastecimento e à implantação de novos empreendimentos. Os painelistas são o diretor do Departamento Nacional de Política Energética, Sergio Valdir Bajay, e os presidentes da Associação das Empresas Geradoras de Energia, Flávio Antônio Neiva, da Associação das



José Alencar preside a Comissão de Infra-Estrutura, uma das organizadoras do seminário

Empresas Distribuidoras de Energia, Orlando Gonzáles, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Mário Fernando de Melo Santos, da Eletrobrás, Cláudio Ávila da Silva, e da Centrais Geradoras do Sul do Brasil, Manoel Arlindo Zaroni Torres, além de um representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O professor Ildo Sauer, do Instituto de Eletrotécnica da Universidade de São Paulo, será o mediador.

O outro painel do seminário, *A Modelagem do Setor Elétrico Brasileiro*, discutirá experiências internacionais relativas à produção e à comercialização de energia elétrica. Os processos de privatização e de fiscalização do setor também serão abordados.



Pedro Parente deve participar da abertura do encontro sobre a crise energética

No segundo painel, Steve Thomas, pesquisador da Universidade de Greenwich, na Inglaterra, e Paulo Sotkiewicz, diretor de estudos de energia da Universidade da Flórida (EUA), falarão sobre a experiência regulatória internacional. Também são painelistas Adilson de Oliveira, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Eduardo Henrique Ellery Filho, diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das Comunicações e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Marco Kappel Ribeiro, representante da Federação Nacional dos Engenheiros.

Patrocínio elogia inclusão de estudantes que eram discriminados do processo educacional



## Patrocínio destaca programa de "educação inclusiva" no Tocantins

O senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) destacou ontem o compromisso da Secretaria Estadual de Educação do Tocantins com a chamada "educação inclusiva", que busca incluir os alunos segregados na comunidade estudantil e na sociedade. Patrocínio registrou a realização de um curso promovido pela secretaria, destinado a treinar 130 professores e coordenadores que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais. Esses profissionais irão atender os 1.920 alunos da rede estadual tocantinense portadores de algum tipo de deficiência, distribuídos em 61 escolas de 43 cidades.

— É com exemplos como esse que se pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e incluir no meio social essa parcela de estudantes que,

até bem pouco tempo, era discriminada do processo educacional — afirmou o senador.

Patrocínio informou que a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, em nível federal, também vem liderando diversas atividades no país para fazer valer o preceito constitucional de que seja assegurado o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Ele salientou que, de acordo com dados de 1999, existem no Brasil 375 mil alunos nessa condição.

Ainda no mesmo pronunciamento, Patrocínio felicitou o senador Luiz Otávio (sem partido-PA), que presidia os trabalhos, pelo nascimento de seu filho, ocorrido na semana passada, em Brasília.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h — Saúde/Unip — Prevenção do câncer de mama  
6h30 — Debate — O sen. Sebastião Rocha e o presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, José Noronha, falam sobre a regulamentação dos planos de saúde  
7h30 — Entrevista — O sen. Pedro Piva faz balanço dos sete anos do real  
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — Saúde/Unip — Prevenção do câncer de mama  
9h — As Cores do Brasil — Fortes do Recife  
9h30 — Entrevista — A sen. Marina Silva fala sobre a pobreza e o desenvolvimento humano  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Educação — Audiência pública com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, sobre diretrizes do ministério para o ano 2002  
14h — Entrevista — O sen. Pedro Piva faz balanço dos sete anos do real  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Audiência pública para debater a

reforma do Judiciário com: Nívea de Matos Nunes Rolim, presidente do Condege (Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais), Roberto Gonçalves de Freitas Filho, presidente da Anadep (Associação Nacional dos Defensores Públicos), e Nancy Gomes de Carvalho, procurador-geral da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul e vice-presidente do Condege  
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Comissão de Relações Exteriores (gravado)  
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música e informação  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
14h15 — Senado Notícias  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h — A Voz do Brasil  
20h — Música e informação  
22h — Senado Notícias — Edição da Noite  
23h — Jazz e Tal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Comissão analisa indicação de dois diplomatas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve apreciar hoje pareceres dos senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Geraldo Cândido (PT-RJ) sobre as indicações dos diplomatas de carreira Marco Antônio Diniz Brandão e Lúcia Santos Pompeu Brasil, indicados pelo presidente da República para ocupar os cargos de embaixadores do Brasil, respectivamente, na Tailândia e em El Salvador. Os dois serão sabatinados pela CRE.

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, o nível de comércio do Brasil com a Tailândia e El Salvador é pequeno. O intercâmbio comercial brasileiro-tailandês registrou pouco mais de US\$ 432 milhões no ano passado (o Brasil vendeu US\$ 254,58 milhões e comprou US\$ 177,53 milhões). Já o comércio bilateral com El Salvador em 1999 foi de apenas US\$ 35,6 milhões.

Situada no Sudeste Asiático, a Tailândia tem uma população de 61,9 milhões de habitantes, Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 135 bilhões e renda *per capita* de US\$ 2,16 mil.

O chefe de Estado do Reino da Tailândia, uma monarquia constitucional, é o rei Bhumibol Adulyadej (Rama IX), entronizado em 1946. O primeiro-ministro é Thaksin Shinawatra, do partido Thai Rak Thai (que significa "tailandeses amam tailandeses"). O ministro vem enfrentando ameaças de cassação, acusado de ocultar, pela transferência fraudulenta de ações de sua propriedade para familiares e servidores domésticos, parte de seus bens quando assumiu funções ministeriais em 1997.

A República de El Salvador tem uma população de 6,1 milhões de habitantes, PIB de US\$ 17,8 bilhões e renda *per capita* de US\$ 3 mil. O presidente, Francisco Flores, venceu o candidato de esquerda por 52% a 29% dos votos.

### DEMISSÃO

A CRE deve também ouvir hoje Jacques Guilbeaud sobre as causas da sua demissão do Itamaraty durante o regime militar. Guilbeaud, segundo o senador Roberto Requião (PMDB-PR), autor do requerimento que o convidou para depor na comissão, trabalhou no serviço de inteligência do Itamaraty e teria denunciado a prática de superfaturamento na compra do prédio da embaixada brasileira em Lisboa.

# CAE examina propostas que reduzem o Imposto de Renda

Um dos projetos isenta do pagamento de IR o salário-educação e o salário-maternidade. Pode também ser votado o aumento do limite da isenção para aposentados e pensionistas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar na sua reunião de hoje duas propostas que reduzem o Imposto de Renda (IR) para alguns setores. A primeira, de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), isenta do pagamento de IR o salário-educação e o salário-maternidade. No parecer favorável ao projeto, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) destaca que os dois benefícios "nasceram de forte apelo de ordem social". Segundo ele, a imensa maioria dos beneficiários "está inserida no conjunto mais humilde da sociedade", de menor nível de renda, principalmente o salário-maternidade, que atende milhões de trabalhadoras em todo o país.

A outra proposta, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), eleva de R\$ 900 para R\$ 1.800 o limite da isenção tributária para os aposentados e pensionistas. Ao



Carlos Bezerra apresentou o projeto de lei que isenta o salário-educação



Lobão é autor da proposta que eleva para R\$ 1.800 o limite de isenção para aposentados

justificar a proposta, o autor disse tratar-se de medida "do mais alto alcance social, que vai atingir parcela da população excluída da força de trabalho e sem condições, portanto, de prover complementação de renda por seus próprios esforços".

O relator da matéria, senador Carlos Bezerra, deu parecer contrário à aprovação da proposta, alegando, entre vários outros argumentos, que haveria queda de arrecadação tributária.

Consta também da pauta da Comissão de Assuntos Econômi-

cos o projeto de lei que institui novas regras para as distribuidoras de gás de cozinha, obrigando-as a realizar reparos nos botijões a cada cinco anos. Pode também ser analisado o projeto que regulamenta o tratamento tributário das Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs). Estão igualmente na pauta o projeto que obriga o Banco Central a prestar contas ao Senado de todas as liquidações extrajudiciais feitas no mercado financeiro; o que torna automático o repasse do salário-educação para os municípios; e o que prevê a destinação de importâncias não pagas dos prêmios de loterias para municípios atingidos por calamidades.

A CAE examinará ainda pedidos de autorização para realizar operações de crédito para a construção do gasoduto Bolívia-Brasil, no município de Juiz de Fora (MG) e no estado do Ceará.

## Lauro defende aprovação global de perdão de dívida

O senador Lauro Campos (PDT-DF) apresentou parecer contrário à mensagem do presidente da República que solicita ao Senado autorização para que o governo brasileiro possa reestruturar e perdoar parcialmente dívida da Tanzânia, no valor de US\$ 232,5 milhões. O pedido do presidente tem como base acordo do Clube de Paris – entidade informal que reúne nações desenvolvidas e em desenvolvimento –, pelo qual 67% dos débitos dos países muito pobres seriam perdoados, reestruturando-se o restante para ser pago em 30 anos.

Em vez de o Senado aprovar pedidos individuais de perdão e reescalonamento de dívidas de países pobres, Lauro Campos defende que o governo aguarde a apreciação de projeto de resolução da senadora Heloísa Helena (PT-AL), em tramitação desde o ano passado, que prevê o perdão, a ser concedido pelo Brasil, de todos os débitos de países pobres, cuja renda *per capita* seja inferior à brasileira (US\$ 4 mil). A medida favoreceria 31 países devedores do go-

verno brasileiro, entre eles os mais pobres da África e América Latina.

Lauro Campos disse que todos os países pobres sofrem hoje com o processo de endividamento crescente, o que compromete suas riquezas na transferência de recursos para as nações ricas.

– Essa transferência, inclusive disfarçada de globalização da economia e abertura das fronteiras, aprofunda o fosso entre ricos e pobres, gerando mais miséria e fome – afirmou o senador.

Segundo Lauro Campos, os dados da dívida externa brasileira também comprovam o processo de financiamento da con-

centração da riqueza em alguns países. O Brasil enviou, entre 1995 e 1998, em juros e serviço da dívida, US\$ 152 bilhões para os países ricos. A dívida externa, no entanto, saltou de US\$ 148 bilhões para US\$ 212 bilhões no mesmo período. Apesar disso, o Brasil exerceu também papel de credor de países mais pobres, emprestando a eles US\$ 3 bilhões.

Parecer técnico do Ministério da Fazenda que acompanha a mensagem presidencial assinala que a Tanzânia faz jus à redução de 67% da sua dívida com o Brasil, em virtude de o país ter renda *per capita* anual de apenas US\$ 110 dólares, abaixo dos US\$ 500 estabelecidos pelo Clube de Paris como requisito para ter o benefício, chamado de "Tratamento de Nápoles".



Lauro Campos: perdão coletivo beneficiaria 31 países pobres

Créditos brasileiros no exterior		
Países	US\$ Milhões	PIB <i>per capita</i>
Angola	978,9	340
Mozambique	448,6	210
Congo	380,6	680
Tanzânia	300,7	210
Equador	214,7	1.520
Zâmbia	119,1	330
Iraque	95,7	
Suriname	80,6	1.660
Peru	75,5	2.440
Mauritânia	68,7	410
Nicarágua	51,2	370
Bolívia	40,4	1.010
Nigéria	29,0	300
Guiné-Bissau	27,2	160
Guiné-Conakry	14,5	530
Costa do Marfim	12,5	700
Cuba	12,4	
República Dominicana	5,5	1.770
Cabo Verde	2,9	1.060
Guiana	2,8	780
Paraguai	2,1	1.760
Colômbia	1,1	2.470
Senegal	0,3	530
Panamá	0,9	2.990
Honduras	0,2	740
Costa Rica	0,1	2.770
Tailândia	0,1	2.160
El Salvador	0,1	1.850
Guatemala	0,1	1.640
Zimbábue	0,1	610
Quênia	0,0	350
● Total	2.966	

Fonte: Ministério da Fazenda – Posição em 31 março de 2001



Moreira Mendes afirmou que balseiros atuam contra construção de duas pontes no Rio Madeira

## Moreira Mendes denuncia cartel de balseiros

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) denunciou a ação de um cartel de balseiros que estaria impedindo o início das obras de duas pontes sobre o Rio Madeira, que ligarão os estados do Acre e Rondônia. "São interesses escusos que, por meio de uma denúncia imprecisa, querem obstaculizar obras estratégicas para a economia dos dois estados", afirmou.

Moreira Mendes disse que vem lutando, juntamente com o senador Tião Viana (PT-AC), pela concretização das obras desde 1999, quando conseguiram aprovar emendas orçamentárias para o projeto. Segundo ele, a concorrência acabou sendo anulada por causa de irregularidades e as dotações foram perdidas.

No ano seguinte, o senador relatou que fizeram nova tentativa e, dessa vez, com tudo pronto para que as obras fossem iniciadas depois de uma concorrência com 22 participantes, "surgiu uma denúncia esdrúxula, sem pé nem cabeça. Mando um recado claro a esses maus brasileiros: não vou desistir", afirmou.

Moreira Mendes revelou ter sido procurado por um representante dos balseiros para que deixasse de lutar pela construção das duas pontes, tendo em vista os interesses dos trabalhadores do setor. "Não posso aceitar que alguns empregos sejam mais importantes do que a dinamização das economias dos dois estados, fato que resultará em número muito maior de empregos", argumentou.

Ao finalizar seu pronunciamento, Moreira Mendes disse que a construção das pontes sobre o Rio Madeira é de interesse estratégico não só para a Região Norte, mas para todo o Brasil, porque tornará real a saída para o Pacífico.

# Santos apóia austeridade fiscal para proteger o real

Segundo o senador, que analisou ontem dados que indicam a queda do PIB, o Brasil precisa garantir a incorporação dos excluídos do progresso

Em discurso ontem em Plenário, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) analisou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados semana passada que apontam queda de 0,99% no Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre do ano, se comparados ao mesmo período de 2000. Para o senador, a redução do crescimento econômico foi causada pela "sobreposição de situações problemáticas" – crise e-



Ricardo Santos considera que o crescimento menor do que o esperado deve elevar a taxa de juros

nergética interna, crise econômica da Argentina e desaquecimento econômico nos Estados Unidos, Europa e Japão.

Os números contrariam expectativas do governo, que previa crescimento de 2,7% em 2001, podendo chegar a 3%. O índice, salientou o senador, fazia parte do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que, portanto, terá de ser revisito. As novas estimativas, disse,

deverão resultar ainda em elevação da taxa de juros.

Para Santos, é preciso considerar que, por estarem próximas as eleições de 2002, o momento é decisivo para a condução da economia. Ele acredita que é preciso levar em conta que o Brasil é um país em crescente processo de integração com a economia mundial e, assim, condicionado às suas oscilações. Nesse contexto, a austeridade monetária e fiscal é condição necessária para assegurar a estabilidade da moeda e dos baixos índices de inflação. Ele destacou a necessidade de adotar novo padrão de desenvolvimento que incorpore os excluídos do progresso, condição para consolidação da democracia.

## Hartung quer providências para cafeicultura

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) anunciou ontem que a bancada federal do Espírito Santo enviará ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, ofício solicitando a prorrogação dos financiamentos de custeio do plantio de café, oriundos de recursos do Funcafé e dos contratos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) de valores até R\$ 15 mil. Segundo disse, a cafeicultura capixaba, que garante emprego a cerca de 360 mil pessoas, "está impotente" diante da queda nos preços do café e da consequente incapacidade de pagar os financiamentos para o plantio.

– Os preços despencaram 60% desde o início de 2000. Ao produtor sobrou o desespero. Descapitalizado, adiou vendas à espera de um preço que se revelou

uma quimera. Há, na conjuntura, um problema social a ser enfrentado. Temos que garantir minimamente a saúde do produtor, por meio de medidas transitórias, como a renegociação dos vencimentos dos recursos financiados.

Hartung explicou que o setor cometeu erro estratégico ao primeiro sinal de baixa nos preços, decidindo pela manipulação artificial do mercado por meio de acordo de retenção de estoques, celebrado no âmbito da Associação dos Países Produtores de Café (APPC).

– Mais uma vez, fomos o gran-



Segundo Hartung, cafeicultores capixabas estão desesperados devido ao preço baixo do produto

de tolo do mercado do café. Enquanto acumulávamos estoques e incentivávamos o produtor a esperar que os preços internacionais reagissem, nossos concorrentes ocupavam o mercado. Precisamos superar a confusão entre protecionismo

e defesa dos interesses nacionais pela busca de maior competitividade – defendeu.

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) afirmou que o governo deve tomar providências no sentido de elaborar uma política que permita aos produtores saldarem suas dívidas com os bancos.



## LOBÃO RECEBE REPRESENTANTE DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu ontem Amâncio Paulino de Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Hospitais Universitários. Carvalho é também diretor do Hospital Clementino Fraga Filho, do Rio de Janeiro.

## Melo defende renda mínima para agricultor

Os agricultores do Nordeste deveriam ser os principais candidatos ao Programa de Renda Mínima da União e dos governos estaduais, defendeu ontem em Plenário o senador Geraldo Melo (PSDB-RN). Para ele, a insegurança em que os agricultores nordestinos vivem por causa do clima é motivo para que sejam beneficiados pelo programa, dirigido às famílias que mantêm filhos menores na escola.

Geraldo Melo relatou que participou, no recesso de julho, de seminário promovido por entidades de classe, órgãos públicos, Igreja, produtores rurais e secretários de Agricultura do Nordeste, com a finalidade de discutir ações sustentáveis de convivência com a estiagem no semi-árido.

No final, foi divulgada, na cidade de Caicó (RN), a "Carta de Santana", com propostas para que os agricultores possam se sustentar durante os períodos de estiagem.

A curto prazo, além da distribuição de água e de cestas básicas para as famílias afetadas pela seca, o documento sugere a recuperação e construção de poços e açudes, ampliação dos pontos de captação de água nas adutoras já existentes e aumento da rede de dessalinizadores.

A carta propõe ainda a liberação de processos de aposentadorias represados e remuneração equivalente ao salário mínimo para os agricultores afetados pela estiagem.

### PETRÓLEO

Conforme Geraldo Melo, o governo tem de mudar sua visão sobre a seca do Nordeste para atuar de forma eficiente. "Nós sempre encaramos a seca como um drama, quando na verdade essa é uma característica da região e assim deve ser tratada." Disse ainda que o Nordeste não é uma região de calamidade pública, manifestando que alguns estados, como o Rio Grande do Norte, oferecem ao país mais do que recebem. O estado, ressaltou, produz diariamente 110 mil barris de petróleo, ao custo de apenas 5 dólares o barril.